

demissão de um cargo para o qual viera por três anos e que, apesar dos pesares, se prolongou por dez.

Trazendo por incumbência a centralização do poder, o combate ao espanhol e o fomento da economia da Capitania, lutou com toda sorte de dificuldades de comunicação e a dispersão da população.

Assim mesmo empenhou-se D. Luís na área geo-política em conquistar o Tibagi e o Ivaí, em consolidar os limites com Minas e em fortalecer a defesa do litoral. Na econômica, procurou incentivar novas frentes de trabalho agrícola, aumentar a produção sobretudo de algodão e açúcar, desenvolver o comércio externo, a indústria extrativa, a fundição de ferro etc., enquanto, administrativamente, sua atenção foi concentrada na congregação de povoações e no combate aos sítios volantes. No campo cultural foi incentivador do "divertimento das óperas".

A A., buscando sempre a imparcialidade, apresenta os prós e contras daquela administração. Por exemplo, fica patente que a política de urbanização por ele empreendida resultou num verdadeiro fracasso como, também, a "diversão" do Iguatemi pela qual se bateu até o último dia do seu governo e que parece ter sido seu mais caro objetivo.

As investigações da A. levaram-na a discordar de alguns autores como Machado d'Oliveira quando afirma ter o Morgado visto "abortados muitos de seus planos", pois considera que a ruptura de sua atuação a oeste e o decréscimo verificado no número de projetos durante a segunda metade do seu governo foram fruto da atitude restritiva por parte do governo de Lisboa.

O texto é enriquecido por cartas corográficas, mapas, plantas e desenhos, bem como a reprodução em cores de uma tela original do Solar dos Mateus em Portugal onde se vê estampada a figura de D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão.

A Secretaria de Cultura está de parabéns pela publicação deste estudo indispensável aos cultores de nossa história e, sem dúvida, recomendável à leitura do público em geral dadas as qualidades intrínsecas que encerra. — ARLINDA ROCHA NOGUEIRA.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo, Ed. Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

Nos vinte e cinco anos que se passaram, desde a primeira e limitada edição deste *Reformas pombalinas da instrução pública*, no Boletim nº 160 da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foram poucas as obras que apareceram sobre o tema da educação luso-brasileira no século XVIII (os recentes e destacados trabalhos de José Ferreira Carrato, Myriam Xavier Fragoso, Josephina Chaia, Antonio Alberto Banha de Andrade, Francisco da Gama Caeiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, entre outros, não bastaram, ainda, para preencher lacunas). Assim, é oportuna e necessária esta reedição que a Ed. Saraiva e a EDUSP fazem, seis anos depois da prematura morte do Prof. Laerte Ramos de Carvalho, ocorrida em 1972.

Procurando construir seu trabalho dentro do conceito de que não se faz história da educação sem buscar-lhe o sentido filosófico, o Autor tem seu ponto de partida no iluminismo: como se apresenta ele em Portugal e como as novas idéias chegam a basear a reforma dos estudos menores e a Reforma Universitária de 1772.

A pedagogia pombalina (como, de resto, todas as reformas encetadas na época) visava soluções imediatas para os problemas prementes e são "fruto do momento e de nenhum modo obedecem a planos pré-estabelecidos de reforço do Estado, salvaguarda da economia etc.", na já clássica posição de Jorge Borges de Macedo a respeito de toda a legislação e atuação de Pombal.

Foi, pois, por força das vicissitudes políticas do governo de D. José que se intentou a renovação pedagógica da cultura portuguesa. Alguns esforços de recuperação econômica infil-

tram-se no setor educacional. A Aula de Comércio pela Junta do Comércio e a Aula de Náutica na cidade do Porto por iniciativa da Junta Administrativa da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, são exemplos significativos. O Colégio dos Nobres, preparando escolas da elite administrativa, assim como as escolas de latim, humanidades, e as de arte militar, serviram aos interesses seculares, econômicos, políticos e ideológicos do Estado. A secularização de instituições educacionais era pois, útil e necessária.

Estes objetivos regalistas da administração pombalina são evidentes, da mesma forma, na Reforma dos Estatutos da Universidade, incumbência da Junta da Providência Literária, criada em 1770. "A valorização do método experimental e do método matemático, o antiescolasticismo sistemático, o apego à história, à crítica e à hermenêutica, no tratamento das questões teológicas, constituem os traços mais gerais do programa de renovação da cultura portuguesa proposta pela Junta da Providência Literária" p. 155).

Frisa o Autor que a pedagogia pombalina deve ser vista à luz dos fatos passados; foi expressão de uma época: assimilava-se os valores do pensamento contemporâneo, mas ajustando-os à realidade portuguesa. Assim, iluminismo, absolutismo e pombalismo (naquilo que tinha de combate ao poder eclesiástico e aristocrático) convergem nas reformas da instrução pública.

No Prólogo, o Prof. Francisco da Gama Caiiro, da Universidade de Lisboa e, na ocasião do lançamento do livro, titular na Faculdade de Educação da USP na mesma disciplina regida pelo Prof. Laerte, ressalta a importância que este trabalho terá sobre futuras pesquisas sobre a época e o tema. "Para além da direta contribuição que o presente estudo oferece à história pedagógica do terceiro quartel do século XVIII no Brasil — e, desde já se diga, foi decisivo esse esclarecimento, prestado em primeira mão, substituindo equivocadas apreciações anteriores — ele assume nova dimensão e ganha atualidade, quando apreciado o alcance geral das teses que introduz no tratamento da História da Cultura, a propósito do caso específico da problemática pombalina". Também é do ilustre historiador da filosofia portuguesa a idéia de que o trabalho de Laerte de Carvalho foi, indiscutivelmente, no momento de sua aparição, o mais significativo avanço para a própria história da Educação brasileira no século XVIII.

Assim, pesquisadores em história da cultura, da educação e da filosofia no Brasil e em Portugal na época setecentista, passam a contar com este precioso instrumental, até agora de tão difícil acesso, uma vez que o Boletim nº 160 passara a ser, já, raridade bibliográfica. — HELOÍSA LIBERALLI BELLOTO.

CHILCOTE, Ronald H. — *Brazil and its radical left. An annotated bibliography on the Communist Movement and the rise of Marxism 1922-1972.* Edited and compiled by . . . Millwood, N. Y., Kraus International Publications, 1980. xvii, 455 p.

Bibliografias não são, via de regra, leitura muito agradável. Para certos setores, no entanto, como bibliotecas e arquivos ou pesquisadores e estudiosos de um determinado assunto, as bibliografias e os catálogos são de consulta obrigatória.

Em termos de Brasil como um todo, pouco ou quase nada tem sido publicado no que concerne a bibliografias. Na área de ciências humanas relacionadas com o Brasil, então, a produção deste tipo de publicação é mínima. Ocorrem-nos apenas os trabalhos de bibliografia anotada, realizados por uma equipe (só para citar entre outros Elba Siqueira de Sá Barreto, Maria Lúcia de Barros Mott, Madalena Sofia Mitiko Wada e Miriam Lifchitz Moreira Leite) da Fundação Carlos Chagas sobre a *Mulher Brasileira*, publicada em 1979, e a obra de Cristina Argenton Colonelli, levantando a *Bibliografia do Folclore Brasileiro*, editada, atualizada, em 1979, mas que já fora apresentada ao I Colóquio de Estudos Brasileiros, realizado em São Paulo, no ano de 1971.